



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 17255/2025

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Institui no Município de Maringá o Serviço de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Qualquer Tipo de Transtorno reconhecido pela Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

Art. 1.º Fica instituído no Município de Maringá o Serviço de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Qualquer Tipo de Transtorno, com o objetivo de garantir o acesso a cuidados odontológicos adequados e especializados para indivíduos que apresentem transtornos reconhecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2.º O Serviço de Proteção à Saúde Bucal será responsável por:

I - oferecer atendimento odontológico especializado para pessoas com transtornos mentais, transtornos do espectro autista, deficiência intelectual e outras condições que possam impactar a saúde bucal;

II - promover ações de prevenção e educação em saúde bucal, visando a conscientização sobre a importância da higiene oral e cuidados dentários;

III - realizar parcerias com instituições de saúde, escolas e organizações não governamentais para a promoção de campanhas de saúde bucal;

IV - absorver novas técnicas e procedimentos que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das pessoas que apresentem transtornos;

V - capacitar profissionais de saúde bucal para o atendimento a pessoas com transtornos, garantindo que estejam preparados para lidar com as especificidades de cada caso;

VI - garantir a acessibilidade das unidades de saúde bucal para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Art. 3.º O atendimento será realizado em unidades de saúde do Município, que deverão ser adequadamente equipadas e preparadas para atender às necessidades específicas da população-alvo.

Art. 4.º A implementação e supervisão do Serviço de Proteção à Saúde Bucal ficará sob a responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo, que deverá:

I - elaborar um plano de ação para a execução do serviço, incluindo a definição de metas e indicadores de qualidade;

II - promover a capacitação contínua dos profissionais envolvidos no atendimento;

III - realizar avaliações periódicas do serviço, com a participação da comunidade e dos usuários.

Art. 5.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 10 de fevereiro de 2025.

CRISTIAN MAIA MANINHO

Vereador-Autor



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 10/03/2025, às 08:26, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0372977** e o código CRC **6846EDE8**.